

Piauí inova com marcos fiscais e orçamentários

Projeto abrange projeções fiscais, alocação de capacitação

O governo do Piauí, por meio das secretarias do Planejamento (Seplan) e da Fazenda (Sefaz), realiza, nos dias 19, 20 e 21 de março, uma nova rodada de reuniões com a equipe técnica da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para avançar na implementação dos Marcos de Médio Prazo (MMP).

O objetivo é fortalecer e dar continuidade a essa iniciativa inovadora que coloca o estado como referência nacional na modernização fiscal e orçamentária.

O MMP busca adotar uma abordagem mais estratégica para o planejamento orçamentário e a gestão de recursos públicos, com ênfase em projeções econômicas, limites fiscais plurianuais e práticas de gestão de desempenho.

Com isso, o Piauí se destaca como um dos primeiros estados a implementar esse modelo de forma estruturada, o que reforça a liderança do Estado na busca por uma gestão pública mais eficiente e sustentável.

A implementação do projeto abrange diversas frentes, incluindo a elaboração de projeções econômicas e fiscais, o estabelecimento de limites de despesas por órgão e programa, a melhoria na alocação de recursos e a capacitação das equipes técnicas envolvidas. Um dos pontos-chave da iniciativa é o desenvolvimento de modelos preditivos, que visam acompa-



O MMP visa adotar uma abordagem mais estratégica para o planejamento

nhar de perto as variáveis econômicas e fiscais, garantindo maior precisão e eficiência nas tomadas de decisão. Além disso, o projeto inclui a criação de diretrizes normativas e manuais operacionais que servirão de suporte para a construção da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026.

O foco principal das reuniões de março será avançar na construção desse modelo de gestão fiscal, buscando consolidar as práticas adotadas e garantir que a transferência de conhecimento para as equipes técnicas do Estado seja feita de forma eficaz.

A continuidade da imple-

mentação do MMP, nas próximas etapas, assegurará que o Piauí esteja preparado para utilizar a gestão fiscal de maneira ainda mais eficiente, com sustentabilidade no longo prazo.

Com a presença da equipe técnica da FGV, a reunião também tem como objetivo estreitar ainda mais a colaboração entre os profissionais envolvidos, permitindo que o Estado se beneficie do conhecimento e das boas práticas já aplicadas em outros lugares. O fortalecimento da capacidade técnica das equipes estaduais é considerado fundamental para a efetiva implementação e sustentabilidade do modelo de gestão fiscal.

Além disso, a transferência de conhecimento e capacitação das equipes é um dos pilares que garantirá o sucesso do MMP, não só a curto, mas também a longo prazo.

A continuidade das ações terá impacto direto na gestão orçamentária e fiscal do Piauí, promovendo o uso mais racional e eficiente dos recursos públicos, além de possibilitar uma maior transparência na aplicação dos investimentos públicos.

O governo do Piauí, por meio do projeto MMP, continua avançando na construção de um modelo de gestão fiscal que não só atende às demandas atuais, mas também antecipa as necessidades futuras.

CORREIO OPINIÃO

Proibição não é garantia: é preciso educar

Por Gabriel Milaré e Christine Lourenço*

No apagar das luzes em 2024, a Austrália anunciou a proibição do uso de redes sociais para menores de 16 anos, provocando uma intensa discussão sobre os limites entre proteção e liberdade no ambiente digital. Essa decisão, que reflete uma crescente preocupação global com o impacto da tecnologia na infância e adolescência, levanta questionamentos importantes: a proibição é a melhor solução para proteger os jovens, ou o caminho mais eficaz seria educá-los para navegar com consciência nesse universo?

De um lado, há argumentos sólidos a favor da proibição. Uma pesquisa da Common Sense revelou que 97% dos adolescentes utilizam o aparelho em sala de aula por uma média de 43 minutos, sendo que, desse tempo, 32% é destinado às redes sociais e 26% a plataformas como o YouTube. Dados como este motivaram a proibição de celulares nas escolas.

No Brasil, a proibição sancionada em Lei Federal no dia 13 de janeiro deste ano possui argumentos baseados em algumas pesquisas, como o relatório de 2022 da Orga-

nização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que demonstra que os estudantes que passam mais de cinco horas diárias conectados a dispositivos digitais têm, em média, um desempenho até 20% inferior em testes de matemática.

O ambiente digital expõe as crianças a riscos como bullying virtual, conteúdo impróprio e a busca incessante por validação através de curtidas e seguidores, um comportamento que pode gerar ansiedade e comprometer a autoestima. Para muitos especialistas, uma medida restritiva é essencial para frear esses impactos negativos e proteger o desenvolvimento emocional e cognitivo dos jovens.

Dessa forma, entende-se que medidas restritivas, embora apresentem benefícios claros, como a melhora na atenção e no desempenho acadêmico, precisam vir acompanhadas de estratégias pedagógicas para garantir que o tempo desconectado seja preenchido com atividades significativas.

*Gabriel Milaré, coordenador pedagógico do Grupo Salta
*Christine Lourenço, diretora pedagógica do Grupo Salta

Situação de emergência no Rio Grande do Norte

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), por meio da Defesa Civil Nacional, reconheceu a situação de emergência nas cidades de Frutuoso Gomes Lagoa D'Anta, no Rio Grande do Norte, afetadas pela seca, que é um período de ausência de chuvas mais prolongada do que a estiagem. A portaria com os reconhecimentos foi publicada no Diário Oficial da União (DOU). Agora, as prefeituras já podem solicitar recursos do Governo Federal para ações de defesa civil, como compra de cestas básicas, água mineral, refeição para trabalhadores e voluntários, kits de limpeza de residência, higiene pessoal e dormitório, entre outros. Até o momento, o Rio Grande do Norte tem 56 reconhecimentos vigentes, dos quais 44 por seca, 11 por estiagem e um por chuvas.

Como solicitar recursos

Cidades com o reconhecimento federal de situação de emergência ou de estado de calamidade pública podem solicitar ao MIDR recursos para ações de defesa civil. A solicitação pelos municípios em situação de emergência deve ser feita por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD). Com base nas informações enviadas nos planos de trabalho, a equipe técnica da Defesa Civil Nacional avalia as metas e os valores solicitados. Com a aprovação, é publicada portaria no DOU com o valor a ser liberado.



Apartamentos exclusivos e completos para long stay em Ipanema com a comodidade de ter serviços de um hotel à sua disposição.



R. Francisco Otaviano, 155 - Ipanema, Rio de Janeiro - RJ